

Políticas Verdes e a Formação de Partidos Ecológicos em Portugal

Green Policies and the Formation of Ecological Parties in Portugal

Antônio Teixeira Barros ¹

Resumo

O artigo analisa o perfil e as propostas dos partidos políticos ecológicos portugueses. O propósito é mapear como as ideias ambientais são articuladas nos programas partidários e que aspectos são enfatizados, além das propostas políticas apresentadas, do perfil de governança ambiental defendido e da noção de sustentabilidade que orienta o discurso partidário. Para tanto, faz-se um exame dos programas das três agremiações que se enquadram nesse perfil: Partido Ecologista Os Verdes (PEV), Movimento Partido da Terra (MPT), Pessoas-Animais-Natureza (PAN). As conclusões mostram que predominam os perfis partidários de orientação sistêmica, que consideram as várias dimensões da sustentabilidade. Em todos os perfis o Estado é considerado o ator principal no âmbito da governança ambiental.

Palavras-chave: Partidos políticos; Partidos ecológicos; Ambientalismo partidário.

Abstract

The article analyzes the profile and proposals of Portuguese ecological political parties. The purpose is to map how environmental ideas are articulated in party programs and what aspects are emphasized, in addition to the political proposals presented, the defended environmental governance profile and the notion of sustainability that guides the party discourse. To this end, an examination of the programs of the three associations that fit this profile is made: Os Verdes (PEV), Movimento Partido da Terra (MPT), Pessoas-Animais-Natureza (PAN). The conclusions show that the party profiles of systemic orientation predominate, considering the various dimensions of sustainability. In all profiles, the State is considered the main actor in the scope of environmental governance.

Keywords: Political parties; Ecological parties; Party environmentalism.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Mestre em Comunicação pela UnB (1996). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). E-mail: antonibarrosgmail.com.

Introdução

Os movimentos de proteção à natureza em são oriundos da matriz conservacionista, representados pela criação da *Liga para a Protecção da Natureza* (LPN), em 1948 (BARROS, 2013). O conservacionismo constitui uma das etapas do pensamento ambiental de reconhecida importância para a compreensão das etapas posteriores (SOROMENHO-MARQUES, 2001). A Cimeira da Terra (Rio 92 ou Eco 92) representou um marco na história do ambientalismo em Portugal, como destacam Schmidt (1999) e Pereira Rosa (2006). Até então, o pensamento ecológico português “parecia uma manifestação própria de uma cultura de elite longe dos quadros culturais de uma sociedade ainda muito alheia a eles” (SCHMIDT, 2003, p.21). Ainda segundo a autora citada, a formação de uma agenda ambiental própria ocorreu tardiamente em Portugal. Até então, em sua análise, a cultura ambiental portuguesa “alicerçava-se numa cultura ambiental internacional de reportagens, noticiários e séries importada pela programação televisiva” (p.22).

Outro aspecto relevante diz respeito a influência de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Clube de Roma (BARROS, 2015a). As ações da ONU influenciaram a gestão pública do ambiente em Portugal. A criação do Sistema Nacional e do Meio Ambiente (1985) e a Lei de Bases do Ambiente (1987) são consideradas fundamentais na política portuguesa de proteção do ambiente, fruto das pressões externas das políticas ambientais da União Europeia e de organismos internacionais.

Com base nessa perspectiva mais ampla, o objetivo deste artigo é analisar o perfil e as propostas dos partidos políticos portugueses de orientação claramente ecológica. O propósito é mapear como as ideias ambientais são articuladas nos programas partidários atuais e que aspectos são enfatizados, além das propostas políticas apresentadas, do perfil de governança ambiental defendido e da noção de sustentabilidade que orienta o discurso ambientalista partidário.

A opção pela análise dos programas partidários justifica-se pela concepção de que, apesar das várias análises que enfatizam a crise da mediação política nas sociedades contemporâneas, representada, em boa parte, pela crise dos próprios partidos, permanecem as concepções políticas de que os partidos ainda conservam algumas características e funções que lhes são peculiares na democracia representativa. Sartori (1999), Urbinati (2013) e Manin (1995) defendem que, apesar

de terem perdido força em várias áreas, os partidos continuam dominando a política parlamentar e as campanhas eleitorais.

Desse ponto de vista, os partidos servem como mediadores entre a sociedade e o Estado, uma vez que organizam os termos da competição eleitoral e agendam os temas políticos de maior relevância em cada contexto eleitoral, a exemplo do ambientalismo (BARROS, 2015b). Isso se aplica também ao papel dos partidos na área ambiental, um tema central nas democracias representativas atualmente. Dessa forma, a crise dos partidos reforça a crise ecológica, pois “las políticas ambientales se empobrecen en la medida em que los partidos se vuelvendébiles frente a grupos de interés, corporaciones y demásinterés privados” (Scagliola,2002, p.9).

Apesar da identificação ideológica mais evidente da esquerda com o ambientalismo (Sainteny, 1994; Duverger, 2011; Barros, 2018), com o passar do tempo o discurso ambiental conquistou os partidos de variadas orientações ideológicas, ao romper a lógica de assunto típico da agenda esquerdista para tornar-se problemática continuada, complexa e recorrente. Se antes o ambientalismo constituía uma *questão outsidema* política partidária, a penetração difusa das ideias ecológicas na política e nas demais esferas da sociedade, deu-lhe a dimensão de *questão estabelecida*, que conquistou posição central no debate político (Giddens, 1994, p.268).

Cabe verificar, portanto, como o discurso ambientalista passou a serarticulado atualmente nos programas partidários, os documentos mais relevantes para a compreensão das ideias e propostas dos partidos (Barros, 2015; 2018). Para tanto, analisamos os programas dos três partidos ecológicos portugueses: Partido Ecologista Os Verdes (PEV), Movimento Partido da Terra (MPT), Pessoas-Animais-Natureza (PAN).

Partidos Políticos e Meio Ambiente

Antes de serem incorporadas aos programas partidários, as pautas ecológicas passaram por uma longa e complexa trajetória de variados tipos de militância. Diversos ecologismos se formaram antes de chamarem atenção dos partidos políticos (BARROS, 2015; 2017; 2018). Apesar da pluralidade de vertentes

há um escopo político geral que reúne referentes simbólicos comuns que levaram o pensamento ambiental a se tornar um movimento planetário, com ampla visibilidade.

Um dos marcos políticos da constituição de uma arena internacional para o debate ambiental foi a I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo (1972). O evento teve como objetivo abordar os problemas ecológicos de forma global, a fim de sensibilizar os governos e nações para a necessidade de cooperação internacional e iniciativas coletivas e consensuais (BARROS, 2015a; 2015b; 2017; 2018).

Sob esse impulso, alguns governos de países norte-americanos e europeus deram os passos iniciais rumo às primeiras medidas de política ambiental ainda na década de 1970, a exemplo do Canadá, Holanda, Suécia e Dinamarca, entre outros. Iniciou-se aí uma longa trajetória de institucionalização da questão ambiental que potencializou sua inserção no campo partidário e parlamentar. Assim, o ambiente torna-se um trunfo político, “entrando no jogo institucional da democracia, regido pelos partidos” (ALMEIDA, PREMEBIDA, 2014, p.25). Esse processo consolida o *status* do ambientalismo como questão política estabelecida na agenda política, levando o tema a ser considerado como um dos mais expressivos do século XX e do início do século XXI (McNeill, 2001).

Nesse contexto, é que surgiram os primeiros “partidos verdes”, com a inclusão formal do debate na arena eleitoral. Tais legendas começaram a surgir logo após a Conferência de Estocolmo, embora com pouca influência política nos processos decisórios dos parlamentos. A primeira iniciativa teve origem na Tasmânia (Austrália), em 1972, fruto da decisão de um grupo de ecologistas denominado *United Tasmanian Group*. Posteriormente, o grupo passou a ser denominado *Green Party* e fundou uma base na Nova Zelândia. Em seguida, o grupo expandiu suas atividades para a Europa, com o apoio de ecologistas da Suécia, Finlândia, Noruega, Suíça, Holanda, Alemanha e França. Atualmente, essa filosofia orienta partidos políticos em mais de 120 países. Em 2010, o Partido Verde tornou-se a quarta maior bancada no Parlamento Europeu. Na composição de 2019, figura como a quarta maior bancada, com 75 cadeiras das 751. Um panorama dos partidos verdes pioneiros no plano internacional consta no Quadro 1.

Quadro 1 - Partidos verdes mundiais

	Ano	País	Denominação
1	1972	Austrália	United TasmanianGroup
2	1972	Nova Zelândia	ValuesParty
3	1973	Reino Unido	People Party ²
4	1980	Alemanha	Die Grünen
5	1981	Suécia	Miljöpartiet
6	1982	Portugal	Os Verdes - PEV
7	1983	Dinamarca	De Gronne
8	1983	Canadá	Green Party
9	1984	Suíça	GrünePartei der Schweiz
10	1984	Itália	Dei Verdi
11	1984	França	LesVerts
12	1986	Áustria	GrüneAlternative
13	1986	Brasil	Partido Verde
14	1986	México	Partido Verde Mexicano

Fonte: Elaboração própria, com base em Pereira (2014) e Barros (2015).

No contexto europeu, cabe ressaltar a atuação do Partido Socialista (PS) na França, conforme registram Sainteny (1994) e Duverger (2011). A inclusão formal das temáticas ecológicas no programa partidário do PS teve início em 1972. Trata-se de uma experiência partidária singular de adesão à agenda ecológica, o que se deve a um conjunto de fatores, segundo a análise dos autores citados. Em primeiro lugar destaca-se o debate internacional sobre a crise ecológica global, o que fez da agenda verde um elemento expressivo no debate político europeu (BARROS, 2015a).

Outras contribuições relevantes registradas na literatura dizem respeito à experiência dos partidos verdes na Bélgica e na Alemanha (POGUNTKE, 1993). Em ambos os casos, os verdes tornaram-se tão relevantes como agentes do debate público sobre as questões ecológicas que levaram os partidos *mainstream* a darem atenção ao tema. No caso da Alemanha é importante registrar a aliança política entre os verdes e o partido social-democrata, especialmente no período do governo Gerhard Schröder (1998-2005). Essa aliança fortaleceu a inserção da agenda verde na política alemã (POGUNTKE, 1993).

Mas o que levou os partidos de diferentes orientações ideológicas e defensores de outras causas a apoiarem as bandeiras ecológicas? Porque as agendas ecológicas e ambientais transcendem as arenas partidárias e os limites dos chamados partidos verdes? Alguns argumentos chamam atenção para a relação

² A denominação foi alterada em 1975 para *EcologyParty* e em 1985 para *Green Party*.

histórica do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais e uma agenda ampla de direitos, como qualidade de vida, saúde ambiental e bem-estar integral, incluindo a qualidade de vida urbana (IRAZÁBAL, 2017).

Esse debate levou à tematização de modelos de governança ambiental, entendida aqui como a ação governamental voltada para o controle do uso dos recursos naturais (CÂMARA, 2013). Isso implica considerar aspectos como o planejamento ambiental, o conjunto de regras, normas e processos que orientam a ação governamental na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com o meio ambiente natural. Em suma, a governança ambiental é composta pelo conjunto de arranjos institucionais, especialmente aqueles que orientam as políticas públicas voltadas para a proteção e a recuperação dos recursos naturais, bem como o desenvolvimento de tecnologias e inovações para amenizar impactos ambientais, reduzir riscos e prevenir desastres e degradação ambiental (BROTO, 2017).

Segundo o modelo de governança liberal, o Estado exerce um papel central como ator das políticas ambientais propostas pelos partidos. Tal concepção se aproxima da ideia de Giddens (2010, p.96) de *Estado assegurador*, ou seja, significa que “o Estado é responsável por monitorar os objetivos políticos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável”. Trata-se de uma visão similar desenvolvida por Sachs (2007) em seu conceito de *ecossocio economia*, segundo o qual o Estado também exerce papel central na definição de políticas de desenvolvimento sustentável em áreas estratégicas, como inovação tecnológica, industrial e energética.

No caso de Portugal, o estudo de Pereira (2014, p.185) mostra que antes de 25 de abril de 1974, o ambiente “não tinha grande expressão junto do poder político instituído e do partido único do regime”. Além disso, a agenda ambiental ainda não encontrava ressonância na opinião pública, visto que as preocupações eram outras, como trabalho, salários, direitos civis e saneamento básico. Assim, o debate ambiental era restrito aos meios científicos (ELOY, 199). Segundo a análise de Rodrigues (1995, p.7) a institucionalização tardia do sistema democrático no País também contribuiu para retardar a entrada da agenda ecológica no sistema partidário e político:

Até 1974, as iniciativas que terão, de algum modo influenciado a emergência dos temas do ambiente em Portugal foram pouco mais do que insignificantes, reduzindo-se a um ou outro protesto tímido e pontual.

A autora destaca a contribuição da publicação *Cadernos do Século*, em 1970, coordenada por Afonso Cautela,

uma iniciativa que merece registro pelo alerta que representou em temas públicos e por constituir uma tentativa de alargamento do entendimento da ecologia, ao divulgá-la como ideia progressista e socialmente relevante, ultrapassando a visão conservacionista (RODRIGUES, 1995, p.8).

Os movimentos sociais ambientalistas são reconhecidos na literatura portuguesa como importantes motivadores e difusores do debate ecológico, antes de sua institucionalização no sistema político e partidário. O contexto que permitiu a emergência desses movimentos está relacionado com os movimentos populares de contestação política no período pós-revolucionário de 25 de Abril.

Além de ser considerado o berço do movimento ambientalista português, as organizações que surgiram nessa época apresentavam grande afinidade com as ideias de esquerda. Isso levou a uma associação da ecologia com uma abordagem de natureza mais social e crítica, como os questionamentos sobre as lógicas econômicas do sistema capitalista e suas consequências em termos de exploração dos recursos naturais. Um exemplo emblemático desta fase é o Movimento Ecológico Português (MEP), voltado “para as críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo (...) e para o combate à proliferação incontrolável de poluentes e resíduos industriais” (RODRIGUES, 1995, p.10).

Um segundo momento igualmente relevante, conforme a literatura consultada, foi o movimento pacifista antinuclear, que predominou no período de 1976 a 1983:

Seria em torno da luta antinuclear que o mais forte protesto popular surgiria, após o rearranjo político-militar que teve lugar com o 25 de Novembro de 1975. A inversão que a partir daí se verificou introduziu no espírito de muitos dos ativistas e militantes mais empenhados na causa revolucionária, uma pesada sensação de descrença. Mas, ao longo dos anos de 76 e 77, ressurgiu alguma animação em torno da luta contra a central nuclear que, entretanto, o governo projetava instalar na povoação de Ferrel (RODRIGUES, 1995, p.11).

A terceira fase registrada na literatura foi marcada pela organização e o pragmatismo dos movimentos ecológicos em Portugal, no período de 1984 a 1990:

Muito embora seja neste período se tenham ainda feito sentir as preocupações com a luta pelo desarmamento é, na verdade, com a aproximação da segunda metade de 1980 que começa a definir-se uma viragem do associativismo orientado para o problema ambiental. Apesar de não ser possível estabelecer uma data rigorosa para esta ‘viragem’, começam a delinear-se atitudes e programas de intervenção da parte das associações que encaram a defesa do ambiente em moldes mais

consequentes e pragmáticos, dando lugar a novos protagonismos, entre os quais se destacamos da *Quercus*, da LPN e do *Geota* (RODRIGUES, 1995, p.11).

Todo esse longo processo, combinado com o contexto internacional, a relação de Portugal com a União Europeia e a emergência de um ambientalismo internacional, favoreceu a abertura do sistema político e partidário português para a agenda verde. Cabe ressaltar ainda, nesse contexto, a popularização das questões ecológicas, devido em parte à atuação dos *media*, que passaram a se interessar tanto pelas questões globais quanto pelos problemas locais como registram os estudos de Luísa Schmidt (1999; 2003) e de Pereira Rosa (2006).

No âmbito partidário, sob a influência francesa,³ o PS (Partido Socialista) e o PPD (Partido Social Democrata) foram os primeiros partidos portugueses a abraçar a agenda verde, ao incorporar o tema em seus programas, em 1974, com uma perspectiva conservacionista. O texto do programa do PS defendia temas como equilíbrio biológico, estabilidade ecológica, preservação das florestas e dos recursos aquíferos, valorização da paisagem e qualidade de vida. O eixo ecológico do documento é o que foi denominado pelo PS português de “socialização da natureza”. Isso significa que “a proteção da natureza e dos recursos naturais renováveis está intimamente ligada à exploração da floresta e constitui um imperativo de ordem social” (PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS, 1974, p.12).⁴ A “socialização da natureza” na visão do PS implicaria a participação dos cidadãos na formulação das políticas ambientais. O PPD seguiu a mesma linha, pois foi diretamente influenciado pelo PS.

A adesão do PS e do PPD à agenda verde levou o Partido Popular (CDS-PP) a fazer o mesmo, em 1975, com a inclusão de um item sobre ecologia em seu programa (Pereira, 2014). O CDS-PP se autodefiniu na época como um partido “naturalmente ecológico”, pois entendia que “vida e natureza são dois valores indissociáveis”. A habitabilidade do planeta “depende da preservação do ambiente e a dignidade da vida depende da sua qualidade”. Por essa razão, o debate sobre ambiente “deve assumir o centro das preocupações políticas e do desenvolvimento”,

³ É importante registrar que um dos líderes do PS, Mário Soares, esteve exilado em Paris, o que o levou a ter contato com as ideias ecológicas do PS francês (Schmidt, 2003).

⁴ A íntegra do documento está disponível em:

https://phplist.ps.pt:8080/GabinetedoEstudos/SITE_GEPS/Programas_Eleitorais_PS/1974.dez_Declaracao.de.Principios.Programa.e.Estatutos.do.Partido.Socialista.I.Congresso.pdf

envolvendo “em todas as políticas sectoriais” (PROGRAMA DO PARTIDO POPULAR, 1975, p.13).⁵

A década de 1980 foi decisiva para “esverdear” a política portuguesa (Joanaz de Melo; Pimenta, 1993). Vários fatores contribuíram para isso, a começar pela integração de Portugal à então Comunidade Europeia, que passou a priorizar as questões ambientais. Isso chamou a atenção dos partidos, visto que o tema passou a perspassar os debates eleitorais em toda a Europa (Schmidt, 2003; Garcia, 2004). O ano de 1986 foi declarado “Ano do Ambiente”, o que intensificou o debate e a inserção da agenda verde na opinião pública (Pereira, 2014, p.241), em função da ênfase midiática.

Na década de 1990, os principais partidos políticos portugueses “cobriram-se de verde”, com a adoção da retórica ambiental. Como registra Pereira (2014, p.276):

os partidos, sem exceção, não podiam deixar de estar na “crista da onda” sob a pena de ficarem desfasados da realidade, atento os fóruns europeus e internacionais, onde pontificava o debate sobre os problemas ambientais que iria conhecer o seu ponto culminante com a Conferência do Rio, em 1992. Depois, porque não podiam ficar ultrapassados em relação aos seus congêneres europeus.

Em Portugal, um novo partido ecológico foi criado em 1993, o Movimento Partido da Terra (MPT). Em 2011 foi criado o partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN). Apesar de algumas convergências entre essas duas legendas, também há especificidades. No primeiro caso destaca-se a defesa de princípios como o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida dos cidadãos, a proteção da biodiversidade, a redução da poluição e a conservação das florestas e recursos hídricos. No caso, cabe ressaltar a visão antropocêntrica do MPT e a perspectiva de ecologia simétrica do PAN. Para o MPT, “proteger a natureza é assegurar condições para a qualidade de vida e a dignidade dos cidadãos portugueses” (MOVIMENTO PARTIDO DA TERRA, 2014, p.1)⁶. O PAN, por sua vez, contesta a visão biocêntrica das políticas ambientais e propõe uma nova visão, segundo a qual o ser humano, as plantas e os animais devem ser vistos como iguais.

Antes da análise apresentamos uma breve nota metodológica.

⁵ A íntegra do texto está disponível em: <http://www.cds.pt/assets/programa-1993-.pdf>

⁶ A íntegra do documento está disponível em: <http://mpt.pt/wp-content/uploads/ESTATUTOS-MPT-ainda-em-vigor.pdf>

Nota Metodológica

O estudo utiliza-se de análise documental, tendo como base o texto integral dos programas dos três partidos, com o objetivo de mapear de que forma as temáticas ambientais foram incorporadas pelos programas partidários. Tais documentos “costumam estar recobertos de um teor mais elevado de legitimidade político-partidária, já que são aprovados em convenções oficiais ou mesmo congressos partidários” (JORGE, *et al*, 2018, p.3).

Os documentos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo (AC), nos termos de Bardin (2009)⁷. Para tanto recorreremos à ferramenta da análise categorial ou temática, que consiste em formular categorias de análise com base nos temas predominantes nos documentos. Para tanto foi utilizado o *software* Atlas.Ti, uma ferramenta para análise de conteúdo categorial ou temática, que permite a identificação dos temas principais de textos e documentos escritos (KLÜBER, 2014).

Em termos metodológicos, a análise de textos políticos, como é o caso dos programas partidários, é realizada a partir de um conjunto de procedimentos descritos por Budget et al. (2013), Jorge et al. (2018) e Barros (2014)⁸. Os procedimentos aplicados por esses autores e aqui utilizados, em consonância com as orientações de Bardin (2009), consistem em duas etapas. A primeira considera sentenças literais inteiras, com o intuito de apreender o sentido do texto em termos mais amplos. Consiste, portanto, numa análise semântica por similaridade, a partir de sinônimos e/ou sentenças com sentidos semelhantes, embora escritos com palavras diferentes. Trata-se, portanto, de uma estratégia de leitura e interpretação do texto em seu conjunto e não apenas de termos isolados.

A segunda etapa compreende: a classificação dos perfis partidários em relação às vertentes ambientalistas; as perspectivas ecológicas contempladas pelos programas partidários, os eixos temáticos, as propostas de políticas ambientais e o

⁷ A autora apresenta a AC como um conjunto de variadas técnicas de análise textual, sendo a análise categorial, a que agrupa os conteúdos em grandes categorias temáticas, por afinidade semântica.

⁸ Os três estudos mencionados aplicam técnicas de análise categorial, uma das ferramentas da análise de conteúdo, para o exame de programas partidários, com o propósito de identificar as categorias temáticas mais relevantes nos documentos. Aqui, seguimos essa mesma lógica, ou seja, construir o elenco de categorias analíticas a partir desse tipo de análise, com as adaptações exigidas para o caso em estudo.

papel do Estado em relação às formas de governança ambiental propostas pelos seus partidos⁹.

Com base em tais pressupostos foram definidos os perfis partidários, suas características e perspectivas ecológicas. Com na leitura dos documentos, os perfis foram classificados em:

- 1) **Ambientalistas radicais** - Partidos que criticam o uso da natureza como fonte de recursos econômicos e consideram a preservação inconciliável com a economia de mercado. Predomina a perspectiva da **ecologia política ou ecopolítica**. Trata-se da vertente mais radical do ambientalismo, de orientação marxista, cuja tônica está na crítica ao sistema capitalista e na defesa de um sistema econômico capaz de combater as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social e a justiça socioambiental (PORTO, 2007; LOUREIRO, 2014).
- 2) **Ambientalistas sistêmicos** - Partidos que defendem o desenvolvimento sustentável e a economia verde de forma integrada com outras dimensões da sustentabilidade: cultural, política, social, espacial e ética. Enquadram-se na perspectiva da **ecologia sistêmica**, ou seja, uma visão que defende novos modelos de desenvolvimento em consonância com a cidadania ecológica, o combate à pobreza, o respeito aos direitos humanos e a participação democrática nos processos decisórios relacionados às políticas ambientais (BARROS, 2017; 2018).
- 3) **Ambientalistas liberais** - Partidos que defendem a conciliação entre desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais, com ênfase na sustentabilidade econômica. Estão incluídos na ecologia liberal, que prioriza o desenvolvimento com sustentabilidade econômica. Sua principal ênfase está no desenvolvimento econômico alinhado aos princípios do **liberalismo verde**, que orientam a economia verde e o mercado verde (BARROS, 2017; 2018).
- 4) **Ambientalistas simétricos** - Partidos que tratam os seres humanos, animais, plantas e demais recursos naturais como sendo todos igualmente relevantes, questionando a primazia da perspectiva biocêntrica. Situam-se no âmbito da **ecologia simétrica**, uma visão que não constrói hierarquias biocêntricas ou

⁹ Apesar da consistência metodológica do *Comparative Manifesto Project*, não foi possível usar suas ferramentas porque são voltadas mais para a obtenção de indicadores e índices relativos à posição dos programas partidários perante determinados temas como migração, saúde, segurança pública, etc. O foco, geralmente, é determinar a posição dos programas no espectro ideológico (direita, centro, esquerda) acerca desses temas (JORGE, *et al.*, 2018).

antropocêntricas, colocando os humanos e não-humanos no mesmo plano, ou seja, sem hierarquia entre seres humanos, plantas e animais (PEREIRA, 2017).

Para a análise das diversas dimensões da sustentabilidade, recorreremos às contribuições de Ignacy Sachs (1993; 2007):

- 1) **Sustentabilidade econômica** – é focada na eficiência da alocação e gestão de recursos extraídos da natureza, além de racionalidade nos investimentos.
- 2) **Sustentabilidade social** - prioriza políticas de desenvolvimento humano para promover justiça social e reduzir desigualdades. Tem como perspectiva a própria noção de continuidade da vida em sociedade.
- 3) **Sustentabilidade ecológica** - tem como pilar a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais, a fim de garantir o equilíbrio da biodiversidade.
- 4) **Sustentabilidade espacial/geográfica** - refere-se às políticas para a ocupação do solo, com uma espacialização mais equilibrada.

Sustentabilidade cultural - consiste no respeito às tradições, comunidades nativas e o patrimônio cultural, a fim de possibilitar harmonia e continuidade em relação aos padrões culturais vigentes¹⁰.

Passamos agora à análise dos perfis partidários quanto às visões de ecologia, sustentabilidade e governança ambiental.

Partidos Verdes em Portugal – Análise dos Programas Partidários

O sistema português é unicameral, caracterizado por um governo semipresidencialista, um sistema partidário de pluralismo moderado, adota o sistema de lista fechada e elevado índice de voto partidário (LESTON-BANDEIRA, 2004). Em Portugal são 21 partidos inscritos no Tribunal Constitucional (Quadro 2).

Quadro 2 - Partidos Políticos Portugueses

	SIGLA	PARTIDO	REGISTRO
1	PCP	Partido Comunista Português	26-12-1974
2	CDS-PP	CDS - Partido Popular	13-01-1975
3	PPD/PSD	Partido Social Democrata	17-01-1975
4	PS	Partido Socialista	01-02-1975
5	PCTP/MRPP	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	18-02-1975
6	PPM	Partido Popular Monárquico	17-02-1975
7	POUS	Partido Operário de Unidade Socialista	23-08-1979
8	PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"	15-12-1982

¹⁰ Há ainda a dimensão ética (BURSZTYN, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2002), que se refere às relações de solidariedade entre as diferentes gerações, além da responsabilidade pelo futuro.

9	PNR	Partido Nacional Renovador	10-07-1985
10	MPT	Partido da Terra	12-08-1993
11	B.E.	Bloco de Esquerda	24-03-1999
12	PLD	Partido Liberal Democrata	29-05-2008
13	PTP	Partido Trabalhista Português	01-07-2009
14	PPV/CDC	Partido Cidadania e Democracia Cristã	01-07-2009
15	PAN	Pessoas-Animais-Natureza	13-01-2011
16	MAS	Movimento Alternativa Socialista	29-07-2013
17	L/TDA	Livre	19-03-2014
18	JPP	Juntos pelo Povo	27-01-2015
19	PDR	Partido Democrático Republicano	11-02-2015
20	NC	Nós, Cidadãos!	23-06-2015
21	PURP	Partido Unido dos Reformados e Pensionistas	13-07-2015

Fonte: Tribunal Constitucional: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/partidos.html?impressao=1>

O Quadro 3 apresenta os perfis partidários quanto ao tipo de visão ecológica predominante e suas respectivas dimensões de sustentabilidade. A classificação dos partidos nos referidos perfis e perspectivas ecológicas não é estanque, como se observa no referido quadro. Há partidos com perfis multifacetados, visto que a classificação analítica permite enquadrar um mesmo partido em várias categorias, a depender da abrangência de seus programas partidários. Chama atenção o perfil do PAN, única legenda que se enquadra no perfil de ecologia simétrica.

A maioria dos partidos analisados contempla todas as dimensões da sustentabilidade em seus respectivos programas, como exposto no Quadro 3. Isso ocorre em função dos vários aspectos que são abordados, de forma transversal e inter-relacionados. Apenas o MPT ressalta a dimensão liberal do ambientalismo liberal, enfatizando a economia verde e a dimensão econômica da sustentabilidade. Convém ressaltar ainda que apenas o PEV inclui a dimensão ética em seu programa, ampliando sua visão de ecologia sistêmica.

Quadro 3 – Partidos agrupados por eixos temáticos e formas de sustentabilidade

Partidos	Perfis ecológicos	Sustentabilidade correspondente
PEV	Ecologista sistêmico, combinado com ambientalismo radical	Sustentabilidade econômica, social, ecológica, cultural, espacial e ética.
MPT	Ecologista sistêmico combinado com ambientalismo liberal	Sustentabilidade econômica, social, ecológica, cultural e espacial
PAN	Ecologista sistêmico conjugado com ecologia simétrica.	Sustentabilidade econômica, social, ecológica e cultural.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

As propostas de governança ambiental dos partidos e o papel do Estado estão registradas no Quadro 4. Quanto ao perfil de governança dos partidos, observa-se a combinação de variados elementos no perfil de cada partido, o que nos

leva a deduzir que todos eles adotam propostas híbridas de governança ambiental. Isso significa que são combinados principalmente aspectos do ambientalismo liberal e do ambientalismo sistêmico. Além disso, o PV e o PV se apropriam de elementos do ambientalismo radical, enquanto o PAN abraça elementos vinculados à ecologia simétrica.

Quadro 4 - Propostas de governança ambiental e o papel do Estado

Partidos	Propostas de políticas ambientais	Papel do Estado
PEV	Fomentar o cultivo de espécies tradicionais adequadas ao nosso clima, pouco exigentes em água. Apoiar a agricultura biológica	Regulador das políticas ambientais
MPT	Saúde ambiental. Vitalidade dos ecossistemas. Investimento em energias renováveis.	Regulador, dinamizador e supervisor das políticas ambientais
PAN	Adoção de uma política ecológica simétrica, com igual tratamento para os humanos e a natureza.	Regulador das políticas ambientais

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Como exposto no Quadro 4, os três partidos entendem o papel do Estado como um agente regulador das políticas ambientais. O diferencial está no programa do MPT que, além de regulador, usa os termos ‘dinamizador’ e ‘supervisor’, embora possam ser incluídos no rol de sinônimos de regulador. As três agremiações se alinham, portanto, à visão de *Estado assegurador* (Giddens, 2010), uma instância indutora e promotora da *ecossioeconomia* (Sachs, 2007), conforme foi abordado anteriormente.

Passamos agora à análise detalhada do texto dos programas partidários em questão.

Análise dos Programas dos Partidos Ecológicos Portugueses

O Programa do PEV

O programa do PEV é guiado pela concepção política de ecologia, ou seja, uma visão “portadora de uma nova forma de pensar o mundo e a organização das sociedades”. Isso porque a ecologia política “toma a espécie humana como uma componente da Natureza, tal como outras espécies, constatando a sua dependência em relação a elementos naturais imprescindíveis à sua sobrevivência – como o ar, a água, o solo, a fauna e a flora”.

A ecologia política, na visão do PEV, pressupõe “a defesa da Vida, da Paz, da Natureza e do Ambiente”. O respeito pela Natureza e a salvaguarda das componentes naturais “assume-se, pois, como um dos princípios básicos orientadores da concepção e acção política ecológica” (PEV, Programa Partidário).

Pelo teor do documento infere-se que o PEV entende ação política e ação ecológica como similares. Isso implica a ambientalização da política e a politização da ecologia. A ambientalização da política em seu sentido amplo é apontada por Leite Lopes (2204) como a emergência e adesão por parte de grupos sociais de valores, crenças, conceitos e práticas associados ao zelo com o meio ambiente e à relação desse zelo com a sustentabilidade. Para o autor, trata-se de algo social, cultural e historicamente construído, envolvendo conflitos, disputas, apropriações diferenciadas, interesses diversos e convergências assimétricas entre atores com diferentes perspectivas sobre sustentabilidade.

Dubeux e Correa (2011) associam o avanço da ambientalização na sociedade contemporânea, incluindo o campo político, como fruto do processo civilizatório, recorrendo ao pensamento de Norbert Elias (1994). Desta forma, “é possível pensar que essas sociedades, ao passarem por essa ambientalização, estariam tomando parte e vivenciando uma nova espécie de processo civilizador: o processo ambientalizador” (Dubeux e Correa, 2010, p.4). Trata-se de “um tipo particular de processo civilizador que se traduz numa onda ambientalizante que inunda vários campos da vida social” (p.5).

Conforme o programa do PEV, o sistema econômico capitalista tem sido um dos agentes causadores da atual crise ecológica, com “provas de que não servem nem para garantir a preservação da Natureza, nem para promover em concreto o bem-estar da espécie humana”. Segundo o texto,

os modelos liberais e neoliberais, que têm imperado no mundo, têm resultado no esgotamento e na dilapidação dos recursos naturais, corporizando formas de organização econômica que fomentam a produção intensiva e o consumismo desregulado (PEV, Programa, p.21).

As críticas do PEV ao sistema capitalista fazem parte do repertório dos movimentos ambientalistas e dos partidos ecológicos adeptos do ambientalismo radical ou ecossocialismo, conforme foi referido na primeira parte do texto. Tal estratégia discursiva certamente se justifica pelo propósito do PEV de causar

repercussão entre tais movimentos e se projetar para o público eleitoral que compartilha dessa visão política.

Conforme o programa do PEV, como consequência desse modelo econômico,

se produzem resíduos de forma insustentada, lançando-os para o meio ambiente sem controlo, assim se contaminam os recursos hídricos, se esgotam os solos, se polui a atmosfera, se esgotam fontes de energia, se devastam florestas, se elimina a biodiversidade (PEV, Programa, p.23).

Aqui o PEV acentua a importância dos resíduos para as políticas ambientais e os projetos políticos de sustentabilidade. Com razão, o texto chama atenção para a relevância e a diversidade de resíduos produzidos atualmente, tais como: os resíduos industriais, hospitalares, comerciais e residenciais. As adequadas políticas para cuidar de forma correta com os resíduos é apontada por especialistas como uma das medidas indispensáveis para a qualidade ambiental, especialmente nas metrópoles e megalópoles (JACOBI, 2011).

O PEV refuta as propostas de sustentabilidade orientadas pelos princípios do ambientalismo liberal abraçado pelo chamado capitalismo verde. A justificativa é que tais propostas, embora necessárias e relevantes, não são suficientes, pois são medidas paliativas. O texto pondera que

não são as preocupações pontuais de minimização dos impactes ambientais e sociais, nestes modelos de exploração da Natureza, dos seres humanos e de outras espécies, que se altera esta realidade. Não são as reformas pontuais que alteram os objectivos do liberalismo e do neoliberalismo (PEV, Programa, p.23).

Na concepção do PEV, o eco desenvolvimento não se limita à dimensão ecológica em si, mas um novo estilo de vida e civilização, apontando para uma perspectiva ambiental sistêmica:

o eco desenvolvimento assume a não-violência como uma forma de estar e de preservar a vida, assumindo a capacidade de resolução pacífica dos conflitos e a cooperação entre Estados, no respeito pelos direitos humanos e pelas diferentes culturas (PEV, Programa, p.27).

A implementação de um modelo de sociedade sustentável, segundo o PEV, requer “uma organização inovadora do Estado democrático e descentralizado se poderá avançar progressivamente para um novo modelo de sociedade. O PEV considera que o Estado “tem um papel fundamental a desempenhar na garantia de um desenvolvimento económico sustentável”:

Defendemos que o Estado deve ser o fiel garante da biodiversidade e que deve ter uma intervenção activa na gestão dos recursos naturais e do património natural (PEV, Programa, p.29).

Isso implica:

- A correcção de assimetrias e desigualdades regionais e locais;
- A resolução das injustiças que historicamente têm penalizado o interior e as regiões desfavorecidas;
- Estimular a participação das populações na resolução dos problemas locais;
- Tornar mais racional e equilibrada a ocupação do território; (PEV, Programa, p.28).

Em vista de tudo isso o PEV consideram que é urgente para Portugal:

- Fomentar o cultivo de espécies tradicionais adequadas ao nosso clima.
- Valorizar e promover as raças autóctones e variedades regionais.
- Criar circuitos curtos de comercialização, fomentando os mercados locais e regionais.
- Apoiar a agricultura biológica (PEV, Programa, p.17).

Em resumo, o programa do PEV apresenta uma visão ampla e sistêmica da sustentabilidade, numa visão normativa de que a ecologia política deve ter como consequência a dignificação da vida e a humanização da sociedade. Essa perspectiva inclui o debate sobre justiça ambiental e justiça social, especialmente no que se refere às desigualdades socioeconômicas.

O texto aponta os limites e impossibilidades do sistema capitalista em relação a um modelo efetivo de sustentabilidade ambiental e pressupõe que uma mudança nas lógicas produtivistas passa por uma forte atuação do Estado e uma ampla e irrestrita adesão dos cidadãos, em todas as esferas e instâncias da sociedade. Apesar das críticas, o PEV investe em propostas concretas, cuja implementação não depende de eventual mudança no sistema econômico. Isso implica admitir que não é necessário abolir o sistema capitalista para se pensar em sustentabilidade.

O Programa do Partido da Terra (MPT)

Na abertura do texto de seu programa, o MPT (Movimento Partido da Terra) se assume como “um partido ecologista, humanista e liberal”, situado no centro do espectro político português, “assumindo-se como um Novo Centro, uma alternativa credível na política portuguesa” (p.6). Define-se como ecologista porque “defendemos o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas”. Humanista porque “defendemos que o Ser Humano seja a medida de todas as decisões políticas”. Liberal porque “a liberdade de cada indivíduo se

exprime de forma determinante na sua emancipação econômica e que essa liberdade é geradora de benefícios para a sociedade.

Ao contrário daqueles partidos ecológicos de se autodenominam “não-partidos”, “anti-partidos”, “partidos-movimentos” ou partidos que criticam o sistema político, o MPT assume-se claramente como partido, sem vergonha de sua identidade política e ideológica, situando-se como uma agremiação de centro, embora denominada “novo centro”. A novidade, portanto, está em sua identidade novocentrista, numa tentativa de situar sua disputa política nitidamente no espectro ideológico dos partidos de centro de Portugal.

O seguinte trecho ressalta a articulação entre ecologia, humanismo e liberalismo:

O MPT entende que **a liberdade de cada indivíduo se exprime de forma determinante na sua emancipação econômica** e que essa liberdade é geradora de benefícios para a Sociedade (MPT, Programa, p.5).

Além de professar uma visão antropocêntrica, que subentende a Natureza como um conjunto de recursos a serviço da Humanidade, como se percebe nos termos acima grifados, o MPT adere claramente ao ambientalismo liberal. O princípio da liberdade individual, embora associado ao humanismo, é acentuado em sua perspectiva econômica. Logo, o liberalismo também se estende às concepções ecológicas do MPT.

Na tríade entre ecologia, humanismo e liberalismo, “defendemos o papel do Estado como regulador, dinamizador e supervisor, capaz de administrar e de controlar de forma eficiente os recursos públicos” (p.7). A noção de *estado assegurador* coaduna-se com os princípios liberais e neoliberais que atribuem ao Estado um fiador do mercado e do sistema econômico em sentido amplo.

O MPT se define ainda como “um partido de causas” e não um “partido político” no sentido convencional. Sua retórica de autodenominação não nega sua identidade de partido político, porém apresenta-se com um diferencial: “um partido de causas”, em uma manobra discursiva que deixa implícita a ideia de que os demais não são comprometidos efetivamente com causas, muito menos com a causa ecológica.

Segundo o texto, o Partido da Terra “procura combater a política profissional deslegitimando-a e promover ações destinadas a recuperar o poder vizinhal e comuneiro em todos os âmbitos da vida comunitária”. Com isso, o propósito é

romper com a imagem estigmatizada dos partidos que atuam de forma distante da sociedade. Essa noção de distância é muito explorada nas retóricas políticas voltadas para a crítica ao sistema político em seu conjunto e em especial aos partidos.

A ênfase na relação vizinhal e comunitária tem como propósito construir a imagem de uma agremiação voltada mais para a inserção na sociedade do que preocupada com as estruturas institucionais do sistema político convencional, como os demais partidos. Isso leva à inferência de que seu propósito é construir a imagem de um partido próximo das pessoas, da vida cotidiana e concreta da população portuguesa.

Programa do MPT é ancorado em três pilares: saúde ambiental, vitalidade dos ecossistemas e energias renováveis. O primeiro inclui a qualidade da água, do ar e do saneamento básico. O segundo compreende medidas para conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. O terceiro inclui programas para o estímulo à inovação tecnológica para propiciar a exploração de fontes renováveis de energia e o combate ao uso de energias nucleares no território português.

Os três pilares são articulados por uma ampla noção de sustentabilidade, que transcende a dimensão ambiental em si. Para o MPT a sustentabilidade inclui a perspectiva ecológica em si, mas também a saúde ambiental, a justiça social, a democracia participativa e a cidadania ativa, como valores para a construção de uma cultura de solidariedade intergeracional, de uma ética humanista e de uma cultura de valorização da lusofonia. Nessa perspectiva mais ampla, o MPT

tem como principais objectivos a defesa do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais; a protecção da biodiversidade e do crescimento da economia verde e do mar; a promoção do bem-estar e da saúde individual e social; **a defesa da educação e da cultura, da Língua, da História; a defesa e a promoção da Lusofonia como forma identitária de afirmação** (MPT, Programa, p.7).

Chama atenção nos trechos grifados o intuito do MPT de ampliar sua perspectiva de ecologia sistêmica, incluindo aspectos como educação, cultural língua e identidades, especialmente no âmbito da chamada lusofonia. Assim, o MPT inclui claramente em seu programa questões que se relacionam diretamente as variadas dimensões da sustentabilidade, mormente a cultural e a espacial / geográfica.

Segundo o texto, “mais do que desenvolvimento sustentável, o objetivo máximo é o relacionamento sustentável, ou seja, o equilíbrio entre Homem/Natureza”. Por essa razão,

O MPT defende a urgência de uma **política de reordenamento do território** que combata eficazmente a desertificação. Acredita que a **justiça intergeracional** é um critério determinante da acção governativa, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como ao nível das **responsabilidades sociais** (MPT, Programa, p.9).

Mais uma vez, como se lê nos trechos grifados acima, as associações semânticas construídas pelo texto que serve de base para o programa do MPT reiteram sua visão abrangente de sustentabilidade. Vários aspectos são acionados de forma relacional, como o bem-estar humano e o equilíbrio do planeta Terra, as formas de ocupação do solo e as medidas para evitar a emergência de áreas desertificadas, a responsabilidade socioambiental no presente e a justiça socioambiental em perspectiva intergeracional.

O Programa do PAN

A proposta do PAN é ancorado em uma visão sistêmica de ecologia, na qual “o respeito pela integridade física e mental de todas as espécies de vida na terra é a base de um relacionamento mais pacífico entre os seres humanos e destes com os animais e com a natureza em geral”. Em razão disso,

áreas naturais estão a desaparecer rapidamente, espécies animais estão a extinguir-se e o ecossistema global está sobrecarregado e desorganizado, correndo-se o risco do desaparecimento de grandes grupos populacionais (PAN, Manifesto, p.2).

O foco do texto está no relacionamento entre humanos e natureza, sendo tal relação desigual e inadequada, visto que seu caráter utilitário. Devido a séculos de uso instrumental e predatório dos recursos naturais em benefício da Humanidade, a natureza passou a sofrer desequilíbrios. Segundo o texto, a visão dominante de ecologia liberal e utilitária nem sempre trata de forma adequada a proteção animal:

Os Animais ainda são considerados como objectos subalternos (“coisas”) que podem ser utilizados para os interesses humanos (PAN, Manifesto, p.2).

Por essas razões, “em relação a todas as formas de lidar com o uso de animais, deverá ser cuidadosamente estudado o interesse humano e as consequências para o animal”. Isto significa que

O uso de animais para interesses não vitais dos seres humanos pode nessa aproximação ser recalcado e banido. Isto evidentemente é válido também para a produção da pele, circo, tourada, pesca desportiva e outras formas bruscas de diversão utilizando animais (PAN, Manifesto, p.3).

Nessa perspectiva relacional parasitária e predatória da parte dos humanos, o PAN admite que o uso de espécies animais deve ocorrer apenas para garantir a sobrevivência humana, ou seja, apenas na alimentação. Os demais usos são criticados, especialmente aqueles que se destinam a fins recreativos. Dessa forma, o PAN defende que os animais sejam respeitados em seu estado natural e vivam livremente em seu *habitat*, sem a importunação humana. Dessa forma, o PAN se alinha aos vários movimentos de defesa da vida animal.

Nas justificações utilizadas no texto, um dos argumentos acionados contra uma cultura de proteção animal são tradições culturais, que sedimentaram uma mentalidade de uso instrumental e utilitário dos animais. Entretanto, o PAN argumenta que “as tradições não são de facto fantasmas inalteráveis, mas podem e devem adaptar-se à mudança dos tempos e a um novo conceito e normas morais humanas, pois no passado fez-se o mesmo”. Ainda conforme o texto, “um trato cuidadoso e amoroso com a natureza e os animais significa na verdade que os seres humanos demonstram respeito pelo corpo e uma mentalidade íntegra”. Devido à forte herança dessas tradições,

é importante que se proceda a uma profunda **reforma das mentalidades e dos factores culturais, sociais, políticos e económicos que as condicionam** (PAN, Manifesto, p.2).

Em nome da renovação dessa mentalidade, o PAN “apoia todas as iniciativas que visem melhorar as condições de vida dos seres humanos, em harmonia com a natureza e as restantes espécies. Aqui o PAN deixa implícita a ideia de que uma eventual mudança no relacionamento dos humanos com os animais está condicionada a sistemas de educação que priorizem esse debate, de forma a promover e ampliar a sensibilidade dos humanos em prol do respeito à vida animal.

Conforme o programa do PAN,

o paradigma da civilização hoje globalizada baseia-se no mito da separação entre o eu e o outro, o ser humano, os demais seres vivos e a natureza como um todo. (PARTIDO PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, 2018, sem paginação)¹¹

¹¹ A íntegra do documento está disponível em: <http://www.pan.com.pt/quem-somos/valores/filosofia-e-missao.html>

Além disso, complementa o texto, que o PAN “apoiará e promoverá particularmente acções que visem aumentar a consciência e sensibilidade humanas a respeito do facto evidente de que todos os seres sensíveis desejam igualmente a felicidade e o bem-estar e não desejam sofrer”. Por esta via, o PAN “assume estar ao serviço do desenvolvimento do próprio ser humano, na prática de um novo paradigma mental, ético e civilizacional que torne a humanidade mais fraterna e solidária do universo em que vive e de todas as formas de vida com que convive”.

Considerações Finais

O artigo teve como objetivo analisar o perfil e as propostas dos partidos políticos portugueses de orientação claramente ecológica. Como foi demonstrado na análise, o PEV surgiu sob influência dos movimentos ecológicos internacionais, pautados pelo conservacionismo, o pacifismo e a cultura de paz. No caso do MPT destaca-se viés do liberalismo ambiental, pautado pela defesa da economia verde como um mecanismo de renovação do capitalismo e um caminho para o desenvolvimento económico de base sustentável. Ambos, entretanto, convergem para uma visão humanista de ecologia, com uma diferença: o humanismo é mais acentuado no programa do MPT do que no programa do PEV. O humanismo, nesse caso, significa a centralidade do ser humano, ou seja, uma visão biocêntrica da relação humanos x natureza.

O PAN é caracterizado por visão sistêmica de ecologia, com um panorama multifacetado de sustentabilidade: ecológica, política, social, ética, cultural, espacial e económica. O partido defende uma renovação da política e do sistema de produção, mas sem aderir explicitamente nem ao ambientalismo liberal. Destaca-se ainda a noção de ecologia simétrica esposada pelo PAN, colocando no mesmo plano os humanos e a natureza. Trata-se da única agremiação aqui analisada cujo programa apresenta tal visão, com grande ênfase à defesa da vida animal.

Por fim, é oportuno ressaltar o papel do Estado na concepção dos três partidos. Embora as formulações textuais sejam diferenciadas nos respectivos programas, a ideia geral é a mesma: cabe ao Estado a função de implementar as políticas de sustentabilidade, em suas várias dimensões. Trata-se de uma concepção próxima à ideia de Giddens (2010, p. 96) de *Estado assegurador de ecossocioeconomia* (Sachs, 2007). Isso não significa que o Estado seja o único ator das políticas

ambientais, mas um dos pilares, juntamente com os partidos, a sociedade e os movimentos sociais de orientação ambiental.

Referências

ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**. v.16, n. 35, p.14-33, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, A. T. A governança ambiental nos planos de governo dos presidencialistas nas eleições de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p.181-216, 2017.

BARROS, A. T. 2015a. Política partidária e meio ambiente. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, p. 693-733.

BARROS, A. T. 2015b. Agenda Verde Internacional e seus Impactos no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 9, p. 160-191.

BARROS, A. T. Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena, 1972-1992. **Contexto Internacional**, v. 39, p. 421-442, 2017.

BARROS, A. T. A Esquerda Verde. **Dados**, v. 61, p. 503-540, 2018.

BUDGE, I. Parties, programs and policies. **American Review of Politics**, v. 14, n. 4, p. 695-716, 1993.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p.125-146, 2013.

DUVERGER, T. **Le Parti Socialiste et l'écologie**. Paris: Jean Jaurés Fondation, 2011.

DUBEUX, V.J; CORREA, S.B. O que pensam e sabem sobre sustentabilidade os futuros profissionais? *Anais do I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo* 15, 16 e 17 de setembro de 2010, Rio de Janeiro.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELOY, A. O ambiente e o ordenamento do território. In: **Portugal 20 anos de democracia**. António Reis (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

JORGE, V. L. *et al.* Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 67, p.1-20, 2018.

KLÜBER, T. E. Atlas/ti como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. **Educação Temática Digital**, v.16, n.1, p. 5-23, 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

JACOBI, P. R; B, G .R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, p.135-158, 2011.

IRAZÁBAL, C. **City making and urban governance in the Americas**: Curitiba and Portland. London: Routledge, 2017.

JOANAZ DE MELO, J; PIMENTA, C. **O que é a ecologia**. Lisboa: Difusão Cultural, 1993.

LEITE LOPES, J. S. *et al.* **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.10, n. 29, p. 5-34, out.1995.

MCNEILL, J. R. **Something new under the sun**. New York; London: Norton & Company: 2001.

PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUÊS. **Declaração de Princípios**. Programa e Estatutos do Partido Socialista, 1974. Disponível em: https://phplist.ps.pt:8080/GabinetedoEstudos/SITE_GEPS/Programas_Eleitorais_PS/1974.dez_Declaracao.de.Principios.Programa.e.Estatutos.do.Partido.Socialista.I.Congresso.pdf Consultado em: 16 jan. 2019.

PARTIDO PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA. **Estatuto, Valores, Filosofia e Missão 2018**. Disponível em: <http://www.pan.com.pt/quem-somos/valores/filosofia-e-missao.html> Acesso em 16/01/2019.

PARTIDO POPULAR. Programa do Partido Popular, 1975. Disponível em: <http://www.cds.pt/assets/programa-1993-.pdf>. Consultado em: 16 jan. 2019.

PEREIRA ROSA, G. **A Quercus nas notícias**. Porto: Porto Editora, 2006.

PEREIRA, P. J. S. T. A mundivisão ambiental: partidos políticos e leis em Portugal. Tese de Doutoramento (Ciência Política) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2014). 449f.

POGUNTKE, T. *Alternative Politics: The German Green Party*. Edinburgh University Press, 1993.

PORTO, M. F. **Uma ecologia política dos riscos**. São Paulo: FIOCRUZ, 2007.

RODRIGUES, E. Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. In: *Oficina do CES*, v. 60, p. 1-33. Centro de Estudos Sociais, 1995.

SAINTENY, G. Le Parti socialiste face à l'écologisme. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 44, n. 3, p. 424-461, 1994.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

SARTORI, G. *Partidos y sistemas de partidos*. Madrid: Alianza, 1999.

SCHMIDT, L. 2003. **Ambiente no Ecrã**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

SCHMIDT, L. Sociologia do ambiente. *Análise Social*, Lisboa, v. 34, n.150, p.175-210, out./dez, 1999.

SOROMENHO-MARQUES J. V. Ambientalismo e política em Portugal. In C. BECKERT (Coord.), **Natureza e ambiente**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001.

URBINATI, N. Crise e metamorfoses da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p.5-16, 2013a.

Programas Partidários

MOVIMENTO PARTIDO DA TERRA. **Programa e Estatutos**, 2014. Disponível em: <http://mpt.pt/wp-content/uploads/ESTATUTOS-MPT-ainda-em-vigor.pdf>. Acesso em 16 jan. 2019.

MANIFESTO DO PAN. Disponível em: <http://www.pan.com.pt/eleicoes/propostas-pan.html>. Acesso em: 18 set. 2017.

PEV. **Programa**. Disponível em: <http://www.osverdes.pt/pages/partido---programa/introducao-alternativa-ecologista.php>. Acesso em: 18 set. 2017.